

Sindicato alerta para dificuldades nas escolas das ilhas periféricas

Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) alerta que a fixação de pessoal docente permanece um problema em ilhas como o Corvo, Flores, Santa Maria e Graciosa

PAULA GOUVEIA
pgouveia@acorianoriental.pt

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) afirma que persiste nas escolas das ilhas mais periféricas a dificuldade em fixar professores.

António Lucas, do SPRA, explica que, "tal como em anos anteriores, as escolas das ilhas mais periféricas continuam a não conseguir fixar pessoal docente, ou seja, são escolas que têm praticamente os quadros preenchidos, mas estão, sistematicamente, a recorrer a grandes percentagens de contratação, porque os docentes do quadro não se fixam lá".

Na ilha do Corvo, o sindicato estima que há entre 60 a 70% dos professores em falta, na ilha das Flores 50%, em Santa Maria 40% e na ilha da Graciosa 30%.

O dirigente sindical afirma, por isso, que esta situação "prova que é necessário aplicar medidas de fixação do pessoal docente nestas ilhas", um sistema de incentivos como o que existe para os médicos e vai haver para os enfermeiros. "Já em 2015 chamávamos a atenção da tutela aquando da negociação do Estatuto para a necessidade de fixar os professores nestas ilhas", recorda.

Também há um outro problema que já se verificou no ano passado e em anos anteriores se volta a verificar: "a falta de professores no grupo de Informática, Física e Química, Biologia/ Geologia, Geografia e História (em ordem decrescente das necessidades)", revela António Lucas.

Por outro lado, "vão aparecer muitas lacunas para substituição de baixas médicas, horários incompletos, que serão difíceis de colmatar", sustenta o sindicalista que afirma ser provável que se tenha de recorrer ao trabalho docente extraordinário, como já aconteceu no ano passado.

António Lucas diz que, "nes-

te momento, decorre a contratação centralizada, ou seja, a que é feita pela Secretaria Regional enquanto há pessoas na lista, e, em simultâneo na BEPA, porque ou já não há ninguém na lista centralizada da DRE ou porque os que estão nessa lista não concorreram para aquela escola".

"Esta tendência não se verifica só com este governo, já era assim com o governo anterior", lembra. "Quando havia a obrigatoriedade dos três anos, as escolas tinham lá os professores, mas apenas nesses três anos porque não queriam lá ficar - o problema estava apenas disfarçado, mas subsistia", explica António Lucas.

O dirigente sindical adianta, por outro lado, que, a par da

"Isto prova que é necessário aplicar medidas de fixação do pessoal docente nestas ilhas"

questão da colocação de professores, neste arranque do ano letivo, "outra questão que nos preocupa tem a ver com a utilização dos manuais digitais que foram generalizados para o 5.º e o 8.º anos, isto, porque no último Conselho Coordenador do Sistema Educativo, que decorreu em julho, muitos conselhos executivos chamaram a atenção de que o *wi-fi* instalado nas escolas não suportaria a utilização de internet em simultâneo por várias turmas".

O presidente do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores também foi contactado pelo Açoriano Oriental, mas António Fidalgo afirmou que o sindicato está a proceder à análise dos dados disponíveis sobre a colocação de professores, remetendo, por isso, para mais tarde uma avaliação da situação nas escolas, neste ano escolar. •



As escolas dos Açores iniciam a atividade letiva entre esta segunda-feira e a próxima quarta-feira

Vagas nos quadros para assistentes operacionais insuficientes

O Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas considera que o número de vagas nos quadros das escolas que foi anunciado pelo Governo Regional para assistentes operacionais é "insuficiente".

"Reconhecemos que a Secretaria Regional da Educação tem feito algum esforço para corrigir um problema que se vinha arrastando há anos, mas ainda é insuficiente", afirmou o dirigente sindical João Decq Mota.

O sindicalista explica que "foi autorizada a abertura de concursos para 174 assistentes operacionais, mas existem

entre 270 a 300 pessoas em programas ocupacionais nas escolas. E, como tal, este número de concursos não cobre o número de pessoas em programas", repara.

Para João Decq Mota, "é preciso considerar que, nos quadros das escolas, há funcionários de baixa prolongada, o que cria instabilidade em muitas escolas". E há outras situações: "há escolas que não foram contempladas com vagas nestes concursos", como é disso exemplo a Escola Francisco Drummond na Terceira.

O sindicato defende, por isso, que "é preciso que se faça um levantamento rigoroso

das necessidades das escolas, de modo a abrirem os concursos necessários". E, por outro lado, "criar condições para que sejam integrados nos quadros os trabalhadores que estão, há anos, no desempenho dessas funções, mas em programas ocupacionais".

O dirigente sindical sustenta que "é preciso acabar com a utilização de programas ocupacionais para suprir necessidades permanentes". Até porque, "estes trabalhadores em programas ocupacionais não são considerados trabalhadores, não têm subsídio de alimentação, nem o mesmo vencimento, nem podem ser sindicalizados", lembra. •